

***O Processo de Reforma do Estado – O Estado Social
e o Crescimento Económico***

Lisboa, 9 de julho de 2013

***Intervenção do Presidente da CIP, António Saraiva
na sessão de abertura***

Minhas Senhoras e meus Senhores

Escolhemos o tema da Reforma do Estado para esta terceira conferência do ciclo que a CIP se propôs realizar sob o lema Economia Portuguesa – Competitividade e Crescimento

Justifica-se uma palavra sobre esta escolha.

As empresas estão obviamente preocupadas com as condições que determinam o seu funcionamento e o seu desempenho.

Nas duas primeiras conferências deste ciclo, tivemos oportunidade de refletir sobre o financiamento e sobre a Reindustrialização, a Internacionalização e o Crescimento da Economia Portuguesa.

Mas as empresas não estão apenas preocupadas com os fatores que diretamente as afetam. Não se limitam a reivindicar, pois têm uma noção mais ampla das condições que determinam a exequibilidade das suas reivindicações. Têm, acima de tudo, uma noção mais ampla do interesse nacional.

A CIP assume, assim, as suas responsabilidades enquanto representante das empresas portuguesas e agente da sociedade civil organizada. Pretendemos intervir, de forma independente e proativa, num debate que ultrapassa a esfera mais estrita da

economia, mas que influenciará certamente a viabilidade de um novo rumo para a economia portuguesa.

No seu plano de atividades para 2013, a CIP elegeu, para a prossecução dos seus objetivos estratégicos dominantes, a defesa de três grandes prioridades para a economia portuguesa em 2013:

- Em 1º lugar, **Promover a Internacionalização**: criando condições para o aumento das exportações, a substituição de importações e o crescimento da economia;
- Em 2º lugar, **Incentivar a Reindustrialização**: defendendo melhores condições para o aumento da capacidade produtiva, melhores condições para o financiamento e medidas de estímulo à competitividade, ao crescimento e ao emprego;

e finalmente,

- **Concretizar a Reforma do Estado**: tendo em vista adequar o papel do Estado e as suas funções às possibilidades financeiras do País.

Temos defendido, desde antes desta crise, um forte compromisso para a redução estrutural da despesa pública, de modo a atingir, a prazo, um peso no PIB consentâneo com um nível da carga fiscal e parafiscal na economia que permita uma maior competitividade externa e uma maior capacidade de atração de investimento.

Tal objetivo só será possível mediante a redefinição do papel do Estado na economia e uma reforma profunda de toda a Administração Pública e do Sector Empresarial do Estado.

Não podemos limitar-nos a defender a redução da despesa pública. Temos obrigação de nos pronunciar sobre como atingir este objetivo. Consequentemente, cabe-nos uma palavra sobre esta reforma: quais os seus objetivos - que devem ir além dos meros resultados financeiros – e como a realizar.

Para cumprirmos esta nossa responsabilidade, queremos ouvir quem tem uma opinião fundamentada sobre este tema.

Por isso, reunimos hoje este conjunto de oradores, que, com o seu profundo conhecimento e com a sua opinião – uma opinião que conta – nos ajudarão a refletir sobre como poderá o nosso país transformar em realidade um desígnio tantas vezes proclamando e tantas vezes adiado: a reforma do Estado.

A todos quero agradecer a vossa presença e sobretudo a disponibilidade para debatermos este tema.

Quero, em particular, agradecer à Dr.^a Manuela Ferreira Leite o importante papel que desempenhou na organização desta Conferência.

Aproveito também para endereçar à Associação Comercial de Lisboa uma palavra de reconhecimento por nos acolher nas suas instalações.

Contamos com todos vós, hoje, para aprofundar e enriquecer a participação da CIP, enquanto agente da sociedade civil organizada, na procura de soluções que conduzam a um destino mais promissor para Portugal.

Por isso, sem me alongar mais, agradeço novamente a vossa presença e desejo-vos um excelente trabalho, na certeza de que saberemos responder aos desafios que se nos colocam.

Bom trabalho